



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0164058-2

APELAÇÃO CRIMINAL

032

APELANTE: VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

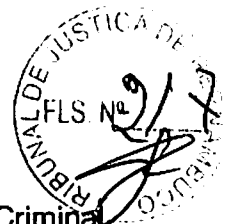
RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

5234

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR DEFEITO NA QUESITAÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMADA. PRELIMINAR REJEITADA. AUÇÃO E MATERIALIDADE COMPROVADAS NOS AUTOS. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA DE ACORDO COM O ACERVO PROBATÓRIO, ACOLHENDO UMA DAS TESES LEVANTADA PELA DEFESA. DOSIMETRIA DA PENA DE ACORDO COM O SISTEMA TRIFÁSICO. SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, NÃO MERECENDO QUAQUER REPARO. – À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA.

1. As nulidades constatadas durante o julgamento perante o Tribunal do Júri devem ser argúidas logo depois que ocorrerem, sob pena de preclusão.
2. Decisão do Conselho de Sentença respaldada pelo conjunto probatório presente nos autos, havendo tão-somente rejeição da tese da acusação e da tese da legítima defesa putativa esposada pela defesa.

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0164058-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, confirmando-se a sentença na sua íntegra, nos termos do voto do Des. Relator 033

Recife, 1^o de junho de 2010,


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

034

208
DS

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0164058-2

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta por **VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO**, irresignado com a decisão do Conselho de Sentença da Vara Privativa do Júri Da Comarca de São Bento do Una - PE, que o condenou a pena de 9 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão pelo crime tipificado no art. 121, §1º, do Código Penal.

Relata a denúncia, de fls. 02/03, que no dia 21 de abril de 1986, por volta das 19:00h, no Município de Capoeiras, o apelante valendo-se de arma de fogo atingiu a vítima Maria do Socorro de Matos, causando-lhe a morte.

Após regular processamento, o réu foi condenado à pena de 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão a ser cumprida em regime fechado (fls.162/164).

Insatisfeito com a sentença, o réu interpôs a presente apelação, levantando, em suas razões às fls.174/178, preliminar de nulidade da sentença proferida pelo Tribunal do Júri da Comarca de São Bento do una em face de defeito na quesitação, especificamente no quesito de número 04 (quatro), afirmando que em razão dessa irregularidade os jurado deixaram de reconhecer a tese da legítima defesa putativa.

No mérito, argumenta que a decisão proferida pelo Conselho de Sentença encontra-se contrária às provas dos autos uma vez que as testemunhas ouvidas não presenciaram o fato delituoso.

209
08
035

Finalizando suas razões recursais, questiona o apelante a dosimetria da pena, afirmando que a reprimenda foi fixada de forma exacerbada, tendo em vista que o MM. Juiz reconheceu os maus antecedentes do apelante com base em uma condenação anterior, a qual não restou evidenciada nos autos.

O Ministério Público, nas contra-razões de fls. 180/188, defendeu a manutenção, em todos os seus termos, da Sentença proferida pelo juízo *a quo*, emanada do Conselho de Sentença, afirmando que o pedido de nulidade da sentença com base em defeito na quesitação não merece ser acolhido, posto que precluso.

Defende ainda que não há qualquer contrariedade entre a decisão proferida pelo Tribunal do Júri e as provas colhidas nos autos, acrescentando que o decreto condenatório se deu de forma consciente, justa e em consonância com os elementos de prova apresentados.

Por fim, alega o *Parquet* que existe nos autos, precisamente à fl. 126, prova acerca dos antecedentes do apelante, não havendo razões para a diminuição do *quantum* da pena fixada em desfavor do réu.

A Procuradoria de Justiça emitiu parecer às fls. 203/205, opinando pelo não acolhimento da preliminar de nulidade levantada pelo apelante e, no mérito, pelo improvimento do recurso de apelação.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.

Recife, 06 de outubro 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0164058-2

036

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

VOTO

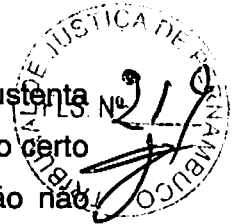
Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO interpôs o presente recurso de apelação contra sentença proferida pelo Tribunal do Júri da Comarca de Capoeiras o qual o condenou pela prática da infração prevista no art. 121, §1º, do Código Penal, à pena de 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

O apelante foi levado a Júri, tendo o Tribunal Popular acatado uma das teses levantadas pela defesa, condenando o apelante nas penas do homicídio privilegiado, rejeitadas, portanto, a tese do homicídio qualificado levantada pela acusação e a tese da legítima defesa putativa arguida pela defesa.

Em suas razões recursais o réu levantou preliminar de nulidade do julgamento em face de defeito em um dos quesitos. No mérito, alega que a decisão proferida pelo Conselho de Sentença da Comarca de Capoeiras foi contrária às provas dos autos, uma vez que quaisquer das testemunhas ouvidas ao longo da persecução penal estiveram presentes no momento do fato, contestando, ainda o *quantum* da pena aplicada em desfavor do recorrente.

O representante do Ministério Público, em contrarrazões, sustenta que a sentença ora atacada deve ser mantida em todos os seus termos, sendo certo que o pedido de nulidade da sentença com base em defeito na quesitação não merece ser acolhido, uma vez que se encontra precluso. No mérito, argumenta que as provas colhidas ao longo da instrução são suficientes para servir de embasamento ao decreto condenatório, não havendo razões para que o réu seja submetido a novo julgamento perante o Tribunal Popular. Acrescenta, ainda que existem nos autos prova sobre os maus antecedentes do apelante, não havendo razões para a diminuição da reprimenda aplicada.



037

Diante disso, passo à análise da preliminar de nulidade levantada pelo apelante.

PRELIMINAR – Nulidade do julgamento por defeito na quesitação

Argumenta o apelante que o 4º (quarto) quesito submetido, por duas vezes, à apreciação do Conselho de Sentença encontra-se viciado diante de um defeito em sua redação que resultou no não acolhimento da tese da legítima defesa putativa.

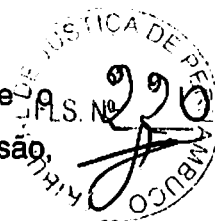
Vejamos a literalidade do prefalado quesito:

“Se existisse a agressão à sua pessoa, seria lícito o procedimento do réu Valderéz Almeida de Macedo, atirando contra a vítima?”.

Em análise aos presentes autos verifica-se que, inicialmente, o Corpo de Jurados foi sabatinado com o referido quesito, obtendo-se como resposta o seguinte resultado: sim – 2; não – 5, sendo posteriormente, a pedido da defesa, submetido novamente à apreciação do quarto quesito, o que resultou no mesmo *quorum* anterior. Não consta, portanto, qualquer protesto por nulidade do referido quesito, apenas o registro da repetição da votação com relação ao 4º quesito a pedido da defesa.

É de se esclarecer que as nulidades constatadas durante o julgamento devem ser argüidas logo depois de ocorrerem, sob pena de preclusão, segundo o disposto no art. 571, VIII do Código de Processo Penal.

038



Ante o exposto, verifica-se que qualquer arguição de nulidade dos quesitos teria que ter sido levantada durante a audiência, sob pena de preclusão. Este é o entendimento assumido pelo Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE ADIAMENTO DA SESSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. VEREDICTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. QUANTIDADE DE QUESITOS. RAZOABILIDADE. PRECLUSÃO. NEXO DE CAUSALIDADE. COMPROVAÇÃO. ACOLHIMENTO PELOS JURADOS. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE COAÇÃO. RHC DESPROVIDO.. (...) 2. O veredicto não contrariou a prova dos autos, estando evidentemente amparado em provas testemunhais. 3. A quantidade de quesitos formulados aos jurados (cento e vinte e oito) está plenamente justificada no número de crimes dolosos contra a vida imputados à paciente - um homicídio consumado e sete tentados - e também no número de co-autores - quatro. **Ademais, a não impugnação em audiência gera preclusão.** 4. O nexo de causalidade entre a conduta da paciente e o resultado foi descrita pelas testemunhas e acolhida pelos jurados ao responder ao pertinente quesito. 5. A dosimetria da pena imposta à paciente foi anulada pela autoridade apontada como coatora, que determinou sua reformulação pelo magistrado de primeiro grau, mantendo-a em liberdade. 6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (STF - RHC 91148/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 01/08/2008).

Como se vê, apesar de ter solicitado a repetição da votação, por entender que a redação prejudicou o acolhimento da tese da legítima defesa

putativa, a defesa não protestou pela anulação do quesito, motivo pelo qual entendo que se encontra precluso.



039

Desse modo, diante da ausência de nulidade meu voto é no sentido de **rejeitar a preliminar** levantada pelo apelante.

É COMO VOTO.

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page, overlapping the page number.

MÉRITO

040



Sustenta a defesa que a decisão do Conselho de Sentença se encontra contrária às provas dos autos, uma vez que teve como base depoimento de testemunhas que não presenciaram o fato delituoso, razão pela qual requer a submissão do apelante a novo julgamento perante o Tribunal Popular.

Primeiramente, é de se esclarecer que a materialidade delitiva encontra-se suficientemente demonstrada através do auto de exame tanatoscópico de fl.18.

Quanto à autoria delitiva tem-se que igualmente, restou demonstrada através do conjunto de provas produzido tanto na fase inquisitiva quanto da fase judicial.

Por ocasião do inquérito policial a testemunha **José Antônio da Silva** assim se pronunciou:

"(...)QUE, na noite de 21 do corrente mês (21.04.1986), aproximadamente às 19:00 horas, ele depoente, se encontrava na sala da casa de residência do Sr. José Joaquim, no Sítio Neves, quando Valderéz Almeida assassinou a tiros de revólver a própria amante Maria do Socorro de Matos; que logo após aos disparos os irmãos de Valderéz correram da sala onde estavam conversando com ele depoente apanharam a vítima e tentaram socorrer-la conduzindo-a para a casa de saúde daqui de Capoeiras (...)" (fl. 10).

Já na fase judicial a testemunha **Djanira Lima da Silva**, confirmou o seu depoimento prestado perante a autoridade policial em que consta a seguinte declaração:

"(...) QUE, na noite de 21 do corrente mês (21/04/1986), mais ou menos, umas 19:00 horas, ela depoente estava em sua

residência, na cozinha, fazendo café, quando ouviu lá no aceiro do terreno, cinco disparos de revólver, razão pela qual, por ser fraco dos nervos, sentou-se onde estava sem ter coragem de ir olhar o que estava acontecendo no terreiro, mas logo em seguida soube que tinha sido Valderez que assassinara Socorro, sua amante (...)" (fls. 37).

041

Verifica-se através dos depoimentos acima transcritos que os elementos de prova levam a crer ter sido o apelante o responsável pela prática do delito que vitimou Maria do Socorro de Matos, ceifando-lhe a vida.

Sabe-se que certeza absoluta da existência de qualquer fato, ademais, é sempre inalcançável para quem não o tenha vivenciado diretamente, sendo certo que assim como as provas servem para julgar, elas são, por sua vez, objetos de julgamento. Com efeito, os elementos probatórios levados aos autos, e muitas vezes contrapostos uns aos outros, apresentam, cada qual, o seu peso e a sua força de persuasão, incumbindo avaliá-las, isoladamente e em conjunto, de modo a deles retirar o material idôneo para a reconstrução mental dos fatos da causa. Foi exatamente o que ocorreu no caso apresentado nos autos onde o Conselho de Sentença analisando as teses levantadas pela acusação e pela defesa, assim como todos os elementos probatórios presentes nos autos, chegou à conclusão de que todas as evidências revelam a responsabilidade do apelante no crime em questão.

Desta forma, de acordo com o acervo de provas presentes nos autos, notadamente os depoimentos acima descritos, vê-se que a decisão acatada pelo Conselho de Sentença não afronta as provas carreadas aos autos, estando, ao revés, devidamente lastreada nas provas constante do presente processo.

É cediço que, só se considera como decisão manifestamente contrária à prova dos autos aquela que se afasta por completo dos elementos presentes no processo, caracterizando-se como criação mental dos jurados.

Assim é que o julgamento proferido pelo Júri só deve ser anulado diante de uma decisão manifestamente dissociada do conjunto probatório. Nesse sentido, é ilustrativo o seguinte entendimento jurisprudencial, que colaciono.

042

“É pacífico, hoje, que o advérbio ‘manifestamente’, usado pelo legislador no art. 593, III, d, do CPP, dá bem a idéia de que só se admite seja o julgamento anulado quando a decisão do Conselho de Sentença for arbitrária, por se dissociar inteiramente da prova dos autos. E não contraria esta a decisão que, com supedâneo nos elementos de convicção deles constantes, opte por uma das versões apresentadas” (TJSP – AC – Rel. Álvaro Cury – RT 595/349)”.

Quanto ao julgamento do apelante perante o Tribunal do Júri Popular, não existe qualquer reparo a ser procedido, pois os jurados ao proferirem o julgamento, agiram em conformidade com as provas produzidas tanto na fase inquisitiva quanto na fase judicial, inexistindo, portanto, qualquer contradição na decisão do Conselho de Sentença, posto que foi baseado no que consta dos autos.

Diante do exposto, vê-se que os jurados, ao responderem o questionário formulado, decidiram de conformidade com as provas apresentadas durante a instrução do processo, estando a sentença, ora combatida, em conformidade com elementos probatórios colacionados aos autos.

Em análise à questão da redução da pena atribuída, verifica-se que o MM. Juiz ao proceder à dosimetria da pena analisou satisfatoriamente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, concluindo que são desfavoráveis ao apelante, fixando a pena-base em 12 (doze) anos de reclusão. Em sequência, diante da circunstância prevista no §1º, do art. 121, do Código Penal reduziu a pena em 1/6 (um sexto) e em face da circunstância atenuante reconhecida pelo Conselho de Sentença o ilustre Magistrado de forma correta diminuiu a pena em 06 (seis) meses. Por fim, cumprindo o sistema trifásico previsto no art. 68 do CP e à mingua de causas de aumento ou redução de pena, tornou a pena definitiva em 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Diante disso, tenho que diante das circunstâncias acima expostas a pena aplicada em desfavor do apelante foi bem dosada não havendo motivo para qualquer reparo na sentença em ataque, a qual deve, portanto, ser confirmada em todos os seus termos.

043

Posto isso, meu voto é negando provimento à apelação, mantendo-se integralmente a decisão proferida pelo Conselho de Sentença da Comarca de Capoeiras.

É COMO VOTO.



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

044

PROCESSO Nº 0164058-2

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: VALDEREZ ALMEIDA DE MACEDO

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MILTON DE ARAÚJO BARBOSA

VOTO

Trata-se de apelação criminal interposta por Valderez Almeida de Macedo em face do *decisum* de fls. 116/117, onde se verifica que, em face do *veredicto* do Júri Popular, o Juiz Presidente condenou o apelante a pena definitiva de 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

O apelante, nas razões de seu inconformismo (fls. 174/178), argumenta que os quesitos foram formulados erroneamente, levando o Conselho de Sentença a proferir decisão equivocada. Alega ainda que houve erro no momento em que o Juiz Presidente estabeleceu a pena base, vez que, a mesma foi fixada de forma exacerbadada.

DA PRELIMINAR

No tocante a alegação de que o quarto quesito teria sido elaborado com defeito, fazendo com que o

Conselho de Sentença não acolhesse a tese de legítima defesa putativa, entendendo não ter razão o apelante.

Inicialmente, é preciso esclarecer que a defesa do apelante manteve-se silente quanto ocorrência de qualquer nulidade ocorrida durante o julgamento. Diante do disposto no art. 571, inc. VIII e art. 572, inc. I, ambos do Código de Processo Penal¹, as nulidades incidentes durante o julgamento devem ser argüidas logo depois que ocorrerem, sob pena de serem consideradas sanadas. Neste sentido:

045

"PENAL E PROCESSUAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. EXCLUDENTE DE ILICITUDE. QUESITAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. PRECLUSÃO.

1. Não há falar em nulidade por ausência de quesito relacionado à excludente de ilicitude prevista no art. 23, inciso III, do Código Penal, se a defesa técnica construiu sua tese defensiva sobre outra excludente, pertinente à legítima defesa própria (art. 23, II, do Código Penal) e, subsidiariamente, ausência de animus necandi.
2. A ser consabido que no processo penal vige o princípio *pas de nullité sans grief* (art. 563, do CPP), é de se conferir ao impetrante o demonstrar, extirpe de dúvida, do prejuízo que terá sido imposto ao réu em face da nulidade argüida – mister do qual não se desincumbiu.
3. Se a defesa não aventou, no tempo oportuno, nenhuma contrariedade aos quesitos, como consta da ata do julgamento, precluso o argumento, em face do que dispõe o art. 571, VIII, do CPP.
4. Ordem denegada." (HC 31.426/RJ, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 24/06/2004, DJ 16/08/2004 p. 287)

Ademais, da leitura do quesito apontado como irregular não se percebe a alegada nulidade. Através do questionamento ora impugnado, os jurados foram inquiridos acerca da licitude da agressão praticada pelo apelante em desfavor da pessoa da vítima, sendo certo que o conselho de sentença considerou os tiros deflagrados pelo apelante como um ato ilícito.

Desta forma, em sintonia com o parecer da d. Procuradoria de Justiça, **voto pela rejeição da preliminar de nulidade na quesitação.**

¹ Art. 571. As nulidades deverão ser argüidas:

IV - as do processo regulado no Capítulo VII do Título II do Livro II, logo depois de aberta a audiência;

Art. 572. As nulidades previstas no art. 564, III, d e e, segunda parte, g e h, e IV, considerar-se-ão sanadas:

I - se não forem argüidas, em tempo oportuno, de acordo com o disposto no artigo anterior;

DO MÉRITO

046



Segundo a denúncia, no dia 21 de abril de 1986, numa festa de aniversário realizada na residência da família da vítima Maria do Socorro de Matos, o apelante desferiu vários tiros de arma de fogo em desfavor desta última, a levando-a a morte no local.

O apelante, ao ser interrogado pela autoridade policial, confessou ter alvejado a vítima, alegando que agiu em legítima defesa, verbis (fls. 11):

"que, na noite de 2 de abril próximo passado (21/04/86), mais ou menos pelas 18:30 horas, ele interrogado se encontrava em seu carro ajeitando umas fitas cassete, quando Socorro, a vítima, chegou e entrou no seu carro e começou a maltratar a ele interrogado, o ameaçando de que o mataria se ele interrogado não continuasse vivendo maritalmente com ela, Socorro; que, em um dado momento ela, socorro, fez um gesto de quem iria puxar uma faca, quando então ele, interrogado, pegou seu revólver e fez uns disparos contra ela socorro (...); que ele interrogado estava deixando de viver com Socorro porque ela não estava sendo fiel a ele, estava transando com outros; (...)"

A testemunha Joaquim Ferreira da Silva, ao depor em Juízo, assim se pronunciou:

"(...) que não presenciou ofato porque este se deu do lado de fora e o ora depoente encontrava-se dentro da casa bebendo; que, tendo ocorrido o reboliço, foi para fora da casa e, quando lá chegou, disseram-lhe que o acusado tinha atirado na vítima (...);

As outras duas testemunhas que prestaram depoimento em juízo também esclarecem que, logo após o fato narrado na exordial, surgiram boatos de que teria sido o apelante o autor dos tiros que ceifaram a vida da vítima (fl. 98).

Como se percebe, na hipótese destes autos os jurados optaram por uma das teses apresentadas em plenário e proferiram seu veredicto de acordo com aquela versão que lhes pareceu mais plausível, não sendo admissível que se dê provimento ao apelo. Sobre o

assunto, é uníssono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

REsp 806648 / DF ; RECURSO ESPECIAL 2005/0215437-2

Relator: GILSON DIPP

Órgão Julgador: QUINTA TURMA

Data do Julgamento: 12/09/2006

Data da Publicação/Fonte: DJ 09.10.2006 p. 351

EMENTA

CRIMINAL. RESP. JÚRI. CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. RECURSO PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes. Recurso provido, para cassar o acórdão recorrido e determinar o restabelecimento da decisão proferida pelo Tribunal do Júri.

"REsp 417871 / PE ; RECURSO ESPECIAL 2002/0021523-8

Relator: HAMILTON CARVALHIDO

Órgão Julgador: SEXTA TURMA

Data do Julgamento: 07/10/2004

Data da Publicação/Fonte: DJ 17.12.2004 p. 601

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. JÚRI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. Omissis.

2. Omissis.

3. Omissis.

4. O artigo 593, inciso IV, alínea "d", do Código de Processo Penal, todavia, autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, é de ser anulado o julgamento proferido pelo Tribunal Popular.

5. Omissis.

6. Omissis.

7. Omissis.

8. Omissis.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido."

No tocante alegada fixação da pena base em desconformidade com a legislação penal, verifica-se que o *decisum* vergastado também deve permanecer inalterado. Senão vejamos:

O Exmo. Magistrado prolator da decisão em comento fixou a pena base em 12 anos de reclusão, ou seja, estabeleceu a reprimenda no limite legal máximo fixado pelo Código Penal. Ao contrário do que alega

o apelante, constata-se que o magistrado sentenciante sopesou todas as circunstâncias gizadas no art. 59 do CP² de forma adequada.

O exame das circunstâncias judiciais realizado pelo juízo *quo* resultou desfavorável ante o fato de o apelante ser pai do filho da vítima, ter ameaçado familiares desta última e já haver sido condenado criminalmente. Tais fatos justificam a majoração da reprimenda no patamar fixado pelo Juízo de Primeiro Grau.

048

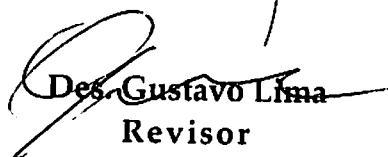
O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no mesmo sentido:

“Não há ilegalidade na dosimetria da pena, no que se refere à majoração da pena-base, se o aumento da pena-base acima do mínimo legal restou suficientemente justificada, pois se fundou em vários aspectos negativamente valorados – culpabilidade, maus antecedentes, a personalidade, as circunstâncias e a conduta da vítima – reputados relevantes para a exasperação procedida”. (HC 65899 / RS; Habeas Corpus 2006/0194648-3; Relator Ministro Gilson Dipp; Órgão Julgador Quinta Turma; Data do Julgamento 07/12/2006; Data da Publicação/Fonte DJ 05.02.2007 p. 305)

Em razão do exposto, também em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, *voto pelo não provimento do presente apelo, para que a sentença ora vergastada permaneça inalterada.*

É COMO VOTO.

Recife 10 de julh de 2010.


Des. Gustavo Lima
Revisor

² Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

- I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.